

LA INVESTIGACION POR PAISES

PERSPECTIVAS ACTUAIS DA INVESTIGAÇÃO E DA SÍNTESE NA HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL PORTUGUESA (1128-1383)

Quem quer que pretenda pôr-se a par da história medieval portuguesa e que, por outro lado, conheça razoavelmente a problemática historiográfica actual, vê-se em sérias dificuldades para poder encontrar alguma relação entre ela e as sínteses históricas portuguesas de que dispõe. Com excepção do manual de Oliveira Marques, ignoram geralmente a problemática a que me refiro. Só em questões pontuais é que as novas perspectivas da historiografia europeia conseguiram suscitar investigações objectivas e seguras sobre material português. O resultado de tais investigações ainda nem sequer forma um conjunto que se possa ter em conta para as sínteses nacionais. Estas continuam ainda dominadas pelos esquemas tradicionais da história historizante, ao serviço de concepções espiritualistas e patrióticas.

Era esse, afinal, o tom mais comum da historiografia anterior a 1974. As interpretações do tipo da chamada escola dos «Annales», inspiradas pelo propósito de tentar fazer «história total», e baseadas no princípio da dominância do económico e do social para a formação das grandes estruturas, nas quais se enraízam os outros níveis do devir histórico, essas eram, antes daquele ano, proscritas dos meios oficiais e académicos. Aos olhos dos seus dirigentes, conceder uma importância fundamental à realidade económica constituía o primeiro passo para resvalar em direcção às concessões que conduziriam às teorias marxistas. O combate intransigente a estas doutrinas levava, portanto, a reprimir tudo aquilo que pudesse desembocar na ideia de que houvera no nosso país luta de classes ou que os nossos feitos heróicos tivessem como motivações propósitos interesseiros ou materiais. O que era necessário era mostrar que os soberanos tinham sempre servido o povo, que os Portugueses sempre tinham espalhado a Fé e o Império, dilatado a Cristandade, arrancado às trevas da barbárie as nações ultramarinas. O importante era provar que a fidelidade às boas tradições nacionais sempre nos pouparam aos malefícios a que os outros países desgraçadamente estiveram sujeitos.

Estudar os mecanismos económicos, as classes sociais, as ideias políticas, os fundamentos materiais da cultura, era, portanto, correr o risco de se deixar seduzir pelas perigosas teses do materialismo histórico.

As novas ideias da historiografia europeia penetravam, quando muito, nos santuários das universidades e academias, para suscitar certas investigações de história económica descritiva e erudita, como as realizadas pela Prof.^a Virgínia Rau — sem querer com isto negar o seu indiscutível valor e utilidade.

No campo medieval, por outro lado, as teses marxistas, em vez de inspirarem aos sectores de oposição ao regime estudos verdadeiramente científicos, apenas levavam a produzir obras de aplicação, por assim dizer, escolar dos esquemas mecanicistas mais ortodoxos, cujo propósito não era aprofundar o conhecimento do passado, mas sustentar o ardor da luta de classes. Pensava-se contribuir para isso por meio de uma pseudodemonstração da perpetuidade dessa luta no tempo e no espaço, isto é, também em Portugal, e em todas as épocas da sua história. Ou seja, demonstrar o que, para os adeptos da teoria era um postulado e para os seus adversários o erro mais crasso e mais perigoso.

Foi esta a situação que se viveu em Portugal antes de 1960, e que só neste ano começou a modificar-se. Ela traduz-se numa paisagem historiográfica que, no plano da investigação, tende hoje a transformar-se radicalmente, mas ainda permanece quase idêntica no plano da síntese.

Tentarei nestas linhas fazer uma avaliação do material disponível para uma renovação da problemática, em ordem a uma nova síntese. Esse material não se pode ainda considerar suficiente, mas, por outro lado, também não será possível avançar com segurança neste caminho sem fazer o inventário do adquirido e das lacunas a preencher, para assim tentar orientar a investigação futura em direcção a campos fundamentais e cuja exploração é urgente, deixando, por agora, de lado questões secundárias.

Esta panorâmica não é possível sem fazer notar as próprias lacunas da posição oficial no Antigo Regime, mesmo do ponto de vista historizante e erudito, que era o seu. São elas que explicam outras carências a níveis mais profundos e que começaremos por enumerar.

Com efeito, é curioso observar a dificuldade que os medievalistas portugueses têm tido em ultrapassar a posição alcançada por Herculano, cujas teses interpretativas mais importantes — a democraticidade dos concelhos e o seu papel na luta pela liberdade e na criação do espírito nacional — foram por eles, afinal, praticamente esquecidas, mas cujas conclusões de pormenor, ao nível da erudição, continuam, de facto, a imperar nos compêndios e manuais, sem terem sido substituídas, senão em casos raros, por uma investigação original. Ora, Herculano fez história factológica de um período curto (1128-1279), e esta praticamente reduzida ao âmbito dos acontecimentos políticos e diplomáticos ou militares de iniciativa régia; fez, em segundo lugar, uma história das instituições municipais, que deixou incompleta. Foi levado a praticar algumas incursões em temas de história social, mas apenas em função dos seus objectivos.

Algumas das suas intuições continuam válidas, mas as interpretações globais contêm distorções graves¹. Por outro lado, os autores que aproveitam o material que ele reuniu para a história dos concelhos esquecem-se que só é válido para o século XIII. Manter para os períodos seguintes a mesma imagem que ele deu dos concelhos, corresponde a falsear completamente a própria intenção do seu autor. Enfim, nunca nenhum outro autor tentou sequer prolongar para o período posterior a 1279 a sua investigação de história política e factológica. Todas as sínteses que se fizeram para o período que vai desde esse ano até 1383 foram empreendidas por não medievalistas e realizadas sobre os materiais reunidos nos séculos XVII e XVIII pelos autores da *Monarquia Lusitana*². Não é preciso dizer mais para sublinhar uma das maiores lacunas da historiografia medieval portuguesa, e que explica a falta de base erudita das sínteses no período referido, isto é, de 1279 a 1383.

Gama Barros tentou completar o trabalho de Herculano acerca das instituições administrativas. Perdeu-se em mil problemas preliminares, e, afinal, quando chegou ao ponto em que devia entrar propriamente no âmbito da matéria que se tinha proposto investigar, já estava no fim da vida. Acumulou, portanto, imensos dados sobre a nobreza, o clero e o povo, sobre as normas do direito público, sobre a propriedade, a população, o comércio, a indústria, os funcionários judiciais e notariais, mas o volume que escreveu sobre a administração local só foi postumamente publicado em 1954 e nada diz, praticamente, sobre a função dos governadores das terras medievais antes do aparecimento dos meirinhos e corregedores. Gama Barros nunca chegou a tratar expressamente o problema da administração municipal. Por outro lado, em termos de interpretação histórica, a sua obra nada acrescenta a Herculano. A sua propensão para a análise e para uma abordagem jurídico-descritiva dos problemas impedia-o de tentar sequer averiguar a estrutura dos grandes movimentos económicos e sociais e a sua ligação com os níveis cultural e político³.

Depois de Gama Barros, o único grande medievalista dos fins da monarquia que merece ser mencionado é, naturalmente, Alberto Sampaio. A sua obra, ainda hoje com muitos elementos válidos, excepcionalmente precoce para a sua época, quase só foi, porém, conhecida de alguns poucos especialistas antes de 1923 e pouca influência exerceu em obras de síntese, exceptuando o ponto preciso da sua opinião acerca do

¹ Ver a minha introdução à *História de Portugal* de Alexandre Herculano. Bertrand, Lisboa, 1980.

² As sínteses que merece a pena mencionar, deixando de lado Pinheiro Chagas (1867) e Oliveira Martins (1879), são as de Fortunato de Almeida (1922-1929), Damião Peres (1951-1952) e Veríssimo Serrão (1977 e segs.). Como se sabe, nenhum deles é medievalista. Também o não eram os colaboradores da *História de Barcelos*, dirigida por Damião Peres, e que redigiram os capítulos relativos à factologia e à história política do volume II, Manuel de Oliveira Ramos e o próprio Damião Peres (1929).

³ Falta um estudo crítico sobre a obra historiográfica de Gama Barros. Até lá, veja-se a introdução, predominantemente laudatória, de Torquato de SOUSA SOARES ao volume I da *História da Administração Pública em Portugal* (1945), e vários outros, geralmente com o mesmo tom, da homenagem àquele autor que o volume IV da «Revista Portuguesa de História» constitui (1949).

ermamento. A sua contribuição mais válida situava-se no plano da história rural e no âmbito das estruturas económico-sociais que afinal só vieram a ser cultivados depois da Segunda Guerra Mundial⁴.

Gama Barros, entretanto, criou uma escola com grande influência entre os nossos historiadores do Direito. O maior deles é, sem dúvida, Paulo Merêa, autor de excelentes trabalhos sobre problemas específicos, pela qualidade da sua crítica e a segurança dos seus conhecimentos técnicos. Os seus escritos acerca de questões gerais, infelizmente, são obras de juventude que nunca tentou renovar nem sequer reeditar, como se os seus escrúpulos críticos o tornassem cada vez mais avesso a generalizações. Nem por isso deixaram de constituir pontos de referência fundamentais para a historiografia medievalista. Quero-me referir aos seus ensaios sobre a questão do feudalismo, sobre o poder real e as Cortes e a breve síntese acerca das instituições jurídicas e políticas, que escreveu para a *História* de Barcelos⁵.

Refira-se também, como medievalista de maior influência, Anselmo Braamcamp Freire, incansável publicador de documentos de grande importância, autor de trabalhos de história genealógica e sobre importantes figuras e acontecimentos da Baixa Idade Média. São paradigmas da boa investigação erudita e historizante sobre temas que mais ninguém abordou com segurança e que, sem apontarem as bases da síntese, carregaram, contudo, materiais de valor para ela⁶. Pode-se acrescentar, ao lado dele, mas em segundo plano, outro publicador de documentos, mas sem qualquer propósito de conjunto, Pedro de Azevedo⁷.

É com as bases lançadas por estes autores que o Novo Regime tenta a sua obra de renovação historiográfica a partir de 1926. A ideologia nacionalista não produz, porém, medievalistas de valor, com excepção de Torquato de Sousa Soares. Este, abandonando antigos projectos de inte-

⁴ Os diversos trabalhos de Alberto SAMPAIO, publicados entre 1889 e 1907, foram reunidos por Luis de Magalhães na colectânea *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, 1923. Os mais importantes, *As Vilas do Norte de Portugal e As Póvoas Marítimas*, foram recentemente reeditados com um estudo preliminar de Maria José Lagos Trindade, pelas Edições Vega, 1979 e 1980.

⁵ *Introdução ao Problema do Feudalismo em Portugal*, Coimbra, 1912; *O Poder Real e as Cortes*, Coimbra, 1923; *Organização social e administração pública*, in «História de Portugal» (dirigida por Damião Peres), Barcelos, 1929, pp. 447-524. Os artigos mais técnicos de Paulo Merêa foram, na sua maioria, reunidos nas seguintes colectâneas: *Estudos de História do Direito*, Coimbra, 1923; *Novos Estudos de História do Direito*, Barcelos, 1937; *Estudos de Direito Visigótico*, Coimbra, 1948; *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, 2 vols., Coimbra, 1952-1953; *História e Direito*, Coimbra, 1967. Acerca deste notável autor, veja-se o volume de homenagem que lhe dedicou a «Revista Portuguesa de História», 12 (1969).

⁶ As principais obras de Braamcamp FREIRE são as seguintes: *Brasões de Sala de Sintra*, 3 vols., 1899-1905, reeditados pela Imprensa Nacional, com uma introdução de L. Bivar Guerra, em 1973; *Crítica e História*, Lisboa, 1910; também dirigiu e escreveu importantes artigos para o «Arquivo Histórico Português» (1903-1916).

⁷ A obra de Pedro de Azevedo consiste sobretudo na publicação de documentos e na continuação dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Veja-se uma selecção daqueles em A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Estampa, Lisboa, 1979, pp. 62, 63, 67-68, 74, 75, 81, 90, 103, 105, 108, 116, 117, 149, 155, 156, 162, 164, 165, 170 e 177.

resse, como o estudo das cidades, na esteira de Henri Pirenne⁸ ou das instituições municipais, no seguimento de Sanchez Albornoz, e da escola espanhola de história jurídica⁹, opta por uma reedição de Gama Barros¹⁰. Mas sobretudo dedica-se a uma tentativa de estudo sobre as origens da nacionalidade, onde procura, com métodos de tipo positivista, demonstrar as raízes pré-históricas das fronteiras nacionais e a permanência de elementos populacionais desde antes da romanização¹¹. Na minha opinião, o assunto ficaria a dever observações bastante mais fecundas a um geógrafo, com um aparelho conceptual mais aperfeiçoado e menos estreitamente nacionalista, Orlando Ribeiro, já nos anos sessenta¹².

Os outros medievalistas do Antigo Regime foram, com excepção de Virgínia Rau, predominantemente eruditos. O seu maior mérito foi o de publicarem criticamente colectâneas documentais, como Rui de Azevedo. Os seus trabalhos são da melhor qualidade, mas continuavam por resolver os problemas da síntese¹³.

A verdade é que a síntese era também impedida por falta das suas bases fundamentais. Não podem deixar de se considerar insuficientes as publicações de fontes históricas e de trabalhos de crítica, sobretudo para o período anterior a 1383. A grande colecção de fontes continuava a ser os *Portugaliae Monumenta Historica*. Faltavam, e faltam ainda, boas edições de fontes narrativas: a da *Crónica de 1419*, por Carlos da Silva Tarouca, em 1952, melhorava as velhas adaptações de Rui de Pina, mas está longe de ser satisfatória¹⁴; a da *Crónica de 1344*, que Lindley Cintra descobriu ser do conde D. Pedro de Barcelos, só em 1951 começou a ser publicada por ele e

⁸ *Les Bourgs dans le nord-est de la Péninsule Ibérique. Contribution à l'étude des origines des institutions urbaines en Espagne et en Portugal*, in «Bulletin des Études Portugaises», n. s., 9 (1943), pp. 5-15.

⁹ *Apontamentos para o Estudo da Origem das Instituições Municipais Portuguesas*, Lisboa, 1931; *Subsídios para o Estudo da Organização Municipal do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, 1935; *Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista* (trabalho incompleto), in «Revista Portuguesa de História», 1 (1940), pp. 71-92; 2 (1943), pp. 265-291.

¹⁰ Como se sabe, contém numerosas notas de tipo erudito, que actualizam, por vezes em sentido crítico, o texto de GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Sá da Costa, Lisboa, 11 volumes, 1945-1954.

¹¹ *Reflexões sobre a Origem e Formação de Portugal*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1962; *Contribuição para o Estudo das Origens do Povo Português*, Sá da Bandeira, 1968. Vejam-se também os artigos sobre factologia política da época dos condes portugalenses, sobretudo: *O governo do conde Henrique de Borgonha*, in «Revista Portuguesa de História», 14 (1975), e *O governo de Portugal pela infanta-rainha D. Teresa*, in «Colectânea de Estudos em Honra do Prof. Doutor Damião Peres», Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1974, pp. 95-119. A obra historiográfica do Prof. Torquato de Sousa Soares pode-se conhecer melhor através de vários artigos sobre ela, incluídos no volume de homenagem da «Revista Portuguesa de História», 16 (1976).

¹² Orlando RIBEIRO, *Portugal (formação de)*, in «Dicionário de História de Portugal» III (1968), pp. 432-451; idem, *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1977.

¹³ A obra de Rui de Azevedo foi apreciada por Torquato de SOUSA SOARES *Rui de Azevedo, diplomata e historiador*, in «Anais da Academia Portuguesa de História», 23/2 (1976), pp. 267-270. O seu trabalho mais importante foi a publicação dos *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, 2 tomos, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1958-1962, com um volume inteiro de notas críticas da maior importância para o conhecimento do reinado de Afonso Henriques. Vejam-se no citado artigo referências a outros importantes ensaios de Rui de Azevedo.

¹⁴ *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* (ed. Carlos da Silva TAROUCA), 3 vols., Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1952-1954.

ainda não está completa¹⁵; falta precisamente o volume onde está incluída a matéria referente a Portugal; das de Fernão Lopes não foi possível melhorar a de Braamcamp Freire para a *Primeira Parte da Crónica de D. João I*¹⁶, e só em 1968 se publicou a *Segunda Parte*, que Entwistle tinha pronta desde 1930¹⁷; as de D. Pedro e de D. Fernando devem-se também a um estrangeiro, Giuliano Macchi, e datam de 1966 e 1975¹⁸. E assim sucessivamente¹⁹.

A publicação dos forais, dos foros longos e das leis gerais foi deixada no ponto em que os tinha deixado Herculano²⁰. As actas ou capítulo das Cortes nunca foram editados em conjunto, apesar dos vários projectos²¹: creio que caberá ao Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa a honra de finalmente empreender uma publicação que noutros países da Europa já está completa desde o século XIX^{21 bis}.

Os documentos régios começaram a ser impressos em 1938, também por uma estrangeira, Abiah Elizabeth Reuter²², numa edição demasiado criticada por Alfredo Pimenta²³ e que foi efectivamente substituída pela de Rui de Azevedo para os documentos de D. Afonso Henriques, mas só em 1959²⁴. Os de D. Sancho I acabam de ser publicados por Avelino de Jesus da Costa²⁵. Faltam os de todos os outros reis, dos quais nem sequer existem sumários²⁶.

Devem-se também a estrangeiros as edições de outras fontes, como a da carta sobre a conquista de Lisboa e o relato da conquista de Silves por

¹⁵ *Crónica Geral de Espanha de 1344* (ed. L. F. Lindley CINTRA), 3 vols. publicados, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1951-1961.

¹⁶ A edição de 1915 foi reeditada em fac-símile, com um prefácio de L. F. Lindley Cintra e um índice onomástico, pela Imprensa Nacional, em 1973.

¹⁷ *Crónica del Rei dom Jobam I de Boa Memoria e dos Reis de Portugal decimo. Parte segunda* (ed. William ENTWISTLE), Imprensa Nacional, Lisboa, 1968.

¹⁸ Fernão LOPES, *Crónica de D. Pedro* (ed. Giuliano MACCHI), Ed. dell'Ateneo, Roma, 1966; *idem*, *Crónica de D. Fernando* (ed. Giuliano MACCHI), Imprensa Nacional, Lisboa, 1975.

¹⁹ Estas edições substituem, geralmente com vantagem, as de A. de Magalhães Basto, S. Dias Arnaut e várias outras. Para as crónicas anteriores, a edição de António CRUZ, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Biblioteca Municipal, Porto, 1968, embora geralmente tenha a vantagem de permitir ver melhor como se apresentam os manuscritos, contém frequentes leituras erróneas dos textos latinos.

²⁰ Com excepção da importante reedição crítica, com um longo comentário dos foros de Castelo Rodrigo, por L. F. Lindley CINTRA, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu Confronto com a dos Foros de Alfajates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o Estudo do Leonês e do Galego-Português do Século XIII*, Lisboa, 1954.

²¹ Sobre os textos das cortes já editados e os trabalhos acerca do mesmo tema, ver A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 2.ª ed., pp. 163-164.

^{21 bis} Acaba de sair o primeiro volume, com o título *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1982.

²² Abiah Elizabeth REUTER, *Chancelarias Medievais Portuguesas*, I, «Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques», publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1938.

²³ *As Chancelarias Medievais Portuguesas da Senhora Abiah E. Reuter*, Lisboa, 1939.

²⁴ Citado na nota 13.

²⁵ Rui de AZEVEDO, Avelino de Jesus de COSTA e Marcelino RODRIGUES PEREIRA, *Documentos de D. Sancho I (1175-1211)*, I, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979.

²⁶ Veja-se, todavia, Pedro de AZEVEDO, *A Chancelaria de D. Afonso IV*, in «Boletim da Segunda Classe», da Academia das Ciências, 6 (1912), pp. 180-199.

²⁷ A edição de Charles W. DAVID, *De Expugnazione Lyxvonenis*, Nova Iorque, 1936, é preferível à edição

Charles Wendell David²⁷, as bulas papais anteriores a 1198, por Carl Erdmann²⁸, o paroquial suévio e os *Annales Portucalenses Veteres*, por Pierre David²⁹, os *Anais de D. Afonso Henriques*, por M. Blöcker-Walter³⁰, etc. Não existe portanto nenhuma colecção sistemática nem completa das fontes narrativas³¹, das leis, dos cartulários, dos necrológios, das cortes, das bulas³², das inquirições³³ dos tratados internacionais³⁴, das inscrições epigráficas³⁵, e assim sucessivamente. Para muitos problemas de cronologia é preciso ainda recorrer a João Pedro Ribeiro ou ao cardeal Saraiva. Não existe nenhuma cronologia pormenorizada, nenhum elenco de funcionários regionais ou régios nem de governadores das terras; e o de bispos, feito por Miguel de Oliveira em 1940³⁶, é demasiado sumário. Mesmo para a história das instituições, tanto de direito público como de direito privado, é preciso às vezes recorrer a António Caetano do Amaral³⁷, do século XVIII, para pontos que não foram estudados por Herculano, Gama Barros ou Paulo Merêa. Neste ponto, a falta de sistematização é tão grande que se torna mais útil e mais seguro recorrer a manuais espanhóis,

e tradução de J. A. de OLIVEIRA, *A Conquista de Lisboa aos Mouros (1147), narrada pelo Cruzado Osberno, Testemunha Presencial*, Câmara Municipal, Lisboa, 1935; 2.ª ed., Lisboa; *idem*, 1936. Ver também as correcções de pormenor propostas por Rui de AZEVEDO, *A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147*, in «Revista Portuguesa de História», 7 (1957), pp. 343-370. Em Portugal é ainda menos conhecida do que esta outra edição de Ch. W. DAVID, *Narratio de itinere navali peregrinorum Hierosolymam tendentium et Silviam captentium, A. D. 1189*, in «Proceedings of the American Philosophical Society», 81 (1939), pp. 591-678.

²⁸ Carl ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal*, Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen, Berlin, 1927.

²⁹ Pierre DAVID, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècles*, Portugália, Lisboa, 1974. A importante obra historiográfica de Pierre David foi apreciada no volume de homenagem que lhe dedicou a «Revista Portuguesa de História», 6 (1955).

³⁰ Monica BLOCKER-WALTER, *Afons. I. von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der portugiesischen Unabhängigkeit. Geist und Werk der Zeiten*, heft 14. Arbeiten aus dem historischer Seminar der Universität Zürich, Zürich, Fretz und Wasmut Verlag, 1966.

³¹ Ver todavia, a colecção *Fontes Narrativas da História Portuguesa*, da Academia Portuguesa de História, onde foram publicadas a *Crónica dos Sete Reis* e a *Crónica de 1344* citadas nas notas 14 e 15 e ainda a *Crónica do Condestável* (ed. A. Machado de Faria), Lisboa, 1972, além de outras para a época moderna, sem que se possa reconhecer qualquer critério para a publicação de textos desta colecção.

³² As bulas de Inocêncio III estão a ser preparadas, para publicação, por Maria Alegria Fernandes Marques, sob a orientação do P. Avelino de Jesus da Costa. Veja-se, daquela autora, *Inocêncio III e a passagem do Mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister*, in «Revista Portuguesa de História», 18 (1980), pp. 231-283. As súplicas papais têm sido publicadas por António Domingues de SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana. Súplicas*, de que já saíram os vols. I (1342-1366), II (1367-1385) e IV (1424-1431), ed. Franciscana, Braga, 1968-1970.

³³ Até agora só foram publicadas as inquirições gerais de 1220 e de 1258, na série *Inquisitiones* dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Faltam as inquirições particulares e as gerais desde o princípio do reinado de D. Dinis.

³⁴ A *Colecção de Tratados* de José Ferreira BORGES DE CASTRO (1856) abrange a época moderna e só por acaso publica um ou outro tratado medieval do século XV; o *Quadro Elementar do visconde de Santarém (1852-1854)* publica resumos e não os próprios textos; o *Corpo Diplomático Português*, do mesmo autor (1846), só diz respeito à Península e é incompleto; os outros volumes da obra com o mesmo título, publicada pela Academia das Ciências de Lisboa, dizem respeito apenas à época moderna.

³⁵ A pequena colectânea de J. M. Cordeiro de SOUSA, *Relação das inscrições dos séculos VIII a XIII existentes em Portugal*, in «Ethnos», 3 (1948), pp. 113-133, é extremamente incompleta, mesmo para a época que pretende abranger.

³⁶ Miguel de OLIVEIRA, *História Eclesiástica de Portugal*, União Gráfica, Lisboa, 1958, pp. 428-458.

³⁷ Por isso foi reeditada a sua *Memória V para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, Livraria Civilização, Porto, 1945.

como o de Luis García de Valdeavellano³⁸, do que confiar nas obras portuguesas.

Curiosamente, os meios universitários do Antigo Regime, em vez de se orientarem para o preenchimento destas tremendas lacunas, empenhavam-se sobretudo em averiguar questões por assim dizer escolásticas, e que se cultivavam particularmente na Faculdade de Direito: os municípios eram de origem romana ou germânica? Quais as regras do direito sucessório? Os prazos medievais eram ou não enfiteuticos? Qual a diferença entre reguengos e bens da coroa? Qual a natureza da concessão do condado portugalense ao conde D. Henrique? E assim sucessivamente. Nas Faculdades de Letras os problemas eram equivalentes: «Houve ou não eramento?» Ou então eram resolvidos de maneira autoritária: «Não houve feudalismo»; «Não houve fragmentação do poder régio», etc. As teses nacionalistas levavam a cultivar problemas que exaltavam as glórias passadas: as origens longínquas da nação, como vimos a propósito de Torquato Soares; a epopeia dos Descobrimentos; o cristianismo inaltrável dos soberanos, como tentou demonstrar L. G. de Azevedo numa revisão de Herculano³⁹; a precocidade dos sentimentos nacionais manifestada em 1385; a batalha de Ourique e a de Aljubarrota, apaixonadamente estudadas por Botelho da Costa Veiga e Afonso do Paço, etc.⁴⁰.

Curiosamente, num regime que prezava tanto as tradições autocráticas do Estado português, e o seu papel como árbitro dos conflitos sociais latentes, não houve qualquer tentativa séria para estudar o exercício do poder régio, a administração ou as teorias políticas⁴¹, nem o funcionamento das Cortes. Apenas neste último ponto Marcelo Caetano realizou trabalho de interesse, mas em estudos parcelares sobre determinadas

³⁸ *Curso de historia de las instituciones españolas de los orígenes al final de la edad media*, Revista de Occidente, Madrid, 1968, várias vezes reeditada.

³⁹ Luis Gonzaga de AZEVEDO, *História de Portugal* (edição póstuma de D. M. Gomes dos Santos), 6 vols., Lisboa, 1935-1944. Esta obra contém correcções de tipo erudito à *Historia* de Herculano, as quais não podem deixar de se ter em conta, apesar de o discurso interpretativo em que se inserem ser geralmente muito discutível.

⁴⁰ Deve-se todavia notar que a obra de A. Botelho da Costa VEIGA, *Estudos de História Militar Portuguesa*, de que só foi publicado o vol. I, sobre *Corografia Militar do Noroeste de Portugal em 1220-1258, Análise da Tradição e da Polémica de Ourique*, 2 tomos, e um atlas, Lisboa, 1936 contém preciosas informações sobre os temas anunciados no título e ainda sobre o feudalismo e a vida social da nobreza, que foram completamente ignorados na sua época. A este propósito convém também mencionar a obra de Alfredo Pimenta, que publicou fontes importantes, embora de forma muito discutível [*Fuero Real de Afonso X, o Sábio. Versão Portuguesa do Século XIII*, Instituto da Alta Cultura, Lisboa, 1946; *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I (e único), *Anais e Crónicas*, Sá da Costa, Lisboa, 1948], e que examinou com a maior minúcia e crítica severa vários problemas pontuais da história medieval portuguesa (ver sobretudo *Idade Média, Problemas & Soluções*, Ed. Ultramar, Lisboa, 1946; *Estudos Históricos*, vinte e três opúsculos; *Subsídios para a História de Portugal*, etc). Este autor tentou também uma síntese mais vasta nos seus *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, 1938, várias vezes reeditados, mas a que falta uma visão de conjunto. O singular espírito que foi Alfredo Pimenta tem também o interesse de procurar problematizar a história em escritos hoje esquecidos, mas que mereceriam uma análise imparcial.

⁴¹ Neste ponto temos de recorrer ao espanhol FRANCISCO E. de TEJADA SPINOLA, *Las doctrinas políticas en Portugal (Edad Media)*, Madrid, 1943.

cortes, sem chegar, portanto, a uma interpretação de conjunto⁴². O corporativismo do Estado só deu origem a estudos menores e de qualidade duvidosa, pela simples razão de que as suas bases eram ideológicas e não objectivas: os poucos servidores do Regime que tentaram averiguar as origens do corporativismo tiveram de utilizar fontes dos séculos XV e XVI ou mesmo mais tardias⁴³. A tese municipalista, tão cara aos monárquicos, não teve nenhum investigador digno desse nome.

Feito o balanço, verifica-se que, de 1926 a 1960, a historiografia medieval portuguesa pouco tinha avançado para além do ponto em que a República a deixara. Se alguns avanços havia, deviam-se a estrangeiros, como Pierre David⁴⁴ ou Carl Erdmann⁴⁵. As propostas de novos rumos feitas por não medievalistas, como António Sérgio e Jaime Cortesão, não foram seguidas.

Por volta de 1960, o panorama começa lentamente a modificar-se. Podem-se encontrar antecedentes no campo dos filólogos: Rodrigues Lapa⁴⁶ e Lindley Cintra têm neste ponto um papel fundamental, sobretudo o segundo, com a sua revisão sobre as origens da historiografia portuguesa, em 1951⁴⁷. Em 1959, também aparece em Coimbra a obra de A. de J. da Costa sobre a Diocese de Braga nos séculos XI a XIII, que, sem se afastar muito de uma metodologia predominantemente erudita, aborda já o campo da demografia, da economia rural e da história das instituições eclesiásticas⁴⁸. No mesmo ano, porém, Salvador Dias Arnaut ainda tenta estudar as origens da «crise» de 1383 pela via estritamente factológica⁴⁹. Virgínia Rau, entretanto, já publicara os seus estudos fundamentais sobre o sal de Setúbal e sobre a Casa dos Contos (1951), depois dos trabalhos percusores sobre as feiras e as sesmarias⁵⁰.

⁴² As principais obras de Marcelo CAETANO são: *Subsídios para a história das Cortes medievais portuguesas*, in «Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa», 15 (1963), ou in «Bracara Augusta», 14-15 (1963), pp. 139-160; *As Cortes de Leiria de 1254*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1954; *As Cortes de Coimbra de 1385*, in «Revista Portuguesa de História», 5/2 (1951), 5-65.

⁴³ Refiro-me a Franz Paul de Almeida LANGHANS, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História*, Lisboa, 1943, do qual o mais importante pertence ao prefácio de Marcelo Caetano sobre a antiga organização dos mestres da cidade de Lisboa (pp. XI-LXXV). Outros autores, como António CRUZ, *Os Mestres do Porto*, Porto, 1945, quase só interessam para a época moderna.

⁴⁴ A mais importante obra de Pierre David é a indicada na nota 29. Sobre o seu labor historiográfico, ver a «Revista Portuguesa de História», 6 (1955).

⁴⁵ Além de publicar os documentos papais mencionados na nota 28, Erdmann deixou um importante trabalho intitulado *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*, Coimbra, 1935, e ainda *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940, que não agradou excessivamente aos partidários do idealismo nacionalista.

⁴⁶ Manuel Rodrigues LAPA, *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*, Coimbra, 1934, 9.ª ed., Coimbra, 1977. Para o medievalista tem também a maior importância a sua edição crítica das *Cantigas d'Escárnio e de Mal Dizer*, 2.ª ed., Galáxia, 1970.

⁴⁷ Na extensa introdução que constitui todo o vol. I da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, citada na nota 15, e em vários artigos publicados no «Boletim de Filologia», que seria do maior interesse reunir em volume.

⁴⁸ *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, 1959.

⁴⁹ *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV*, vol. I (e único). *A Sucessão de D. Fernando*. Faculdade de Letras, Coimbra, 1960.

⁵⁰ As principais obras de história medieval de Virgínia RAU são: *Subsídios para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1943; *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1946; *A Exploração e o Comércio do Sal de*

O verdadeiro impulso para uma renovação começa, porém, com as obras de Magalhães Godinho, que em 1962 publicou *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* e de 1963 a 1971 *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*⁵¹. Os problemas da história económica do século xv eram, pela primeira vez, colocados na perspectiva da «história total» preconizada por Braudel, depois de Marc Bloch e de Lucien Fèbvre. As questões portuguesas eram situadas num vasto complexo histórico-geográfico. Os métodos da história quantitativa e da história serial forneciam, resolutamente, a base de interpretações de grande amplitude.

Nessa altura já Joel Serrão tinha começado a editar, desde 1961, o agora clássico e indispensável *Dicionário da História de Portugal*, onde contava com a colaboração de numerosos especialistas, dispostos não só a fazer o ponto da questão acerca de assuntos fundamentais, mas também a abrir novas perspectivas para uma futura reformulação da história nacional. Entre eles distinguia-se, no campo medieval, Oliveira Marques, já conhecido por investigações dispersas e por uma tese de licenciatura sobre a Hansa⁵². Em 1962 este apresentava a concurso público a sua tese intitulada *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera durante a Idade Média*, na qual lançava com mão segura as bases para uma nova interpretação da história rural portuguesa. Esta, todavia, foi destruída pela censura académica, e o autor só se tornou, para o grande público, o mestre indiscutível das novas orientações historiográficas com a publicação, em 1964, da sua síntese sobre a *Vida Quotidiana*⁵³ e com o seu imprescindível *Guia do Estudante de História Medieval*, a única bibliografia histórica selectiva sobre um período histórico até hoje publicada entre nós, e que tem a vantagem de, além disso, ser também um precioso guia da investigação arquivística⁵⁴. No ano seguinte, em 1965, apareciam em volume os seus preciosos *Ensaio*s de história demográfica e económica⁵⁵, e em 1968, finalmente, o público podia utilizar, novamente impressa, a *Introdução à História da Agricultura*⁵⁶.

Setúbal, Lisboa, 1951. Sobre a sua obra, ver Maria José Lagos TRINDADE, *Estudos de História Medieval*, Faculdade de Letras, Lisboa, 1981, pp. 287-291, e José Manuel GARCIA, na introdução à nova edição dos *Subsídios para o Estudo das Feiras*, Lisboa, 1982.

⁵¹ Antes destas, várias obras do autor anunciavam desde há muito as suas preocupações e perspectivas, sobretudo *A Expansão Quatrocentista Portuguesa. Problemas das Origens e da Linha de Evolução*, Lisboa, 1944; *Documentos sobre a Expansão Portuguesa até 1460*, 3 vols., Lisboa 1943-1956; *As Sociedades e Economias do Noroeste Africano — Marrocos. Séculos XI-XVI*, Lisboa, 1947; *A Economia das Canárias nos Séculos XIV-XVI* São Paulo, 1952; *O Mediterrâneo Saariano e as Caravanas do Ouro. Séculos XI-XVI*, São Paulo, 1956. A sua posição face à historiografia portuguesa e europeia foi desde logo marcada em *A Crise da História e as Suas Novas Directrizes*, Lisboa, 1946. Entre os seus trabalhos com mais importância para a época medieval convém também citar *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Arcádia, Lisboa, 1975.

⁵² *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1959.

⁵³ *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, Sá da Costa, Lisboa, 1964; 3.ª ed., *Ibidem*, 1974.

⁵⁴ *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1964; 2.ª ed., Estampa, Lisboa, 1979.

⁵⁵ *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1965; 2.ª ed., Vega, Lisboa, 1980.

⁵⁶ *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera durante a Idade Média*, Faculdade de Letras, Lisboa, 1962; 3.ª ed., Cosmos, Lisboa, 1978.

Não posso deixar de mencionar o aparecimento, por estes anos, do 1.º volume de *A Evolução Económica de Portugal nos Séculos XII a XV*, de Armando Castro, a que em breve se seguiram mais dez⁵⁷. A sua orientação firmemente marxista colocava-a numa posição especial. Fornecia material do maior interesse, por exemplo sobre as exações senhoriais, o comércio interno ou a tecnologia, mas envolvido num discurso teórico demasiado prolixo e frequentemente desligado da base documental, o que o tornava quase inútil para uma renovação menos preconcebida da investigação medievalista⁵⁸.

A publicação da *Guia*, do *Dicionário de História de Portugal* e a orientação dada aos outros trabalhos de Olivera Marques faziam esperar para breve uma vasta obra de síntese que chegou a ser anunciada, mas infelizmente nunca se chegou a publicar. O grande público apenas pôde encontrar as novas perspectivas numa obra de divulgação, em que a Idade Média tinha um lugar reduzido, a *História de Portugal* do próprio Oliveira Marques⁵⁹. Talvez tenha chegado o momento de empreender de novo a tão esperada síntese, mas não será possível contar com ela antes de uns dois ou três anos⁶⁰.

A verdade é que ela não é fácil, dadas as lacunas da investigação acerca de pontos fundamentais das estruturas económicas e sociais, e mesmo de uma averiguação suficientemente segura no campo factológico e institucional. A situação apresenta-se, de resto, de maneira diferente para o período anterior ao fim do século XIII e para o período seguinte. No primeiro, as bases estabelecidas por Herculano e por Gama Barros são melhores do que para outras épocas, em que apenas dispomos de obras que já datam dos séculos XVII e XVIII; mas as interpretações daqueles dois autores chegam a constituir um verdadeiro obstáculo ao progresso historiográfico, como veremos adiante. No segundo período, a ausência de bases eruditas para os factos políticos e institucionais constitui uma grande lacuna, mas os avanços da história económica são mais seguros.

⁵⁷ *Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV*, 11 vols., Portugália, Lisboa, 1964-1974.

⁵⁸ Entre os autores marxistas não se podem esquecer Álvaro Cunhal e António Borges Coelho. Na minha opinião, a obra daquele, *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média*, Estampa, Lisboa, 1975, constitui uma construção extremamente rigorosa e inteligente, mas apriorística, dos antecedentes e da própria Revolução de 1383. Borges Coelho procurou dar à mesma tese a base erudita e documental de que carecia, acrescentando-lhe alguns pormenores interpretativos: *A Revolução de 1383*, Seara Nova, Lisboa, 1965; 3.ª ed., *ibidem*, 1977. Dotou-a depois de dois complementos, um, mais original, sobre os antecedentes longínquos, *Comunas ou Concelhos*, Prelo, Lisboa, 1973; outro sobre o período seguinte: *Raízes da Expansão Portuguesa*, Prelo, Lisboa, 1964; 2.ª ed., *ibidem*, 1974.

⁵⁹ *História de Portugal desde os Tempos mais Antigos até ao Governo do Sr. Marcelo Caetano*, 2 vols., Ágora, Lisboa, 1972, várias vezes reeditada, e ultimamente em 3 vols., dos quais saíram o primeiro e o último, com o subtítulo *Desde os Tempos mais Antigos até à Presidência do Sr. General Eanes*, Palas, Lisboa, respectivamente 9.ª e 6.ª ed., 1982 e 1981.

⁶⁰ Como já foi anunciado, iniciou-se a preparação de uma História de Portugal destinada ao público universitário, sob a orientação de Joel Serrão e da A. H. de Oliveira Marques, e com a colaboração dos melhores especialistas das diversas épocas e sectores de várias universidades.

A meu ver, o ponto de partida decisivo consistirá em poder caracterizar de maneira suficientemente segura os diversos sectores do mundo medieval português, o urbano e o rural, e, dentro destes, o senhorial e o concelhio.

A síntese indiferenciada que não tenha em conta as fundamentais diferenças entre esses diversos sectores só pode ser falseadora e confusa. Entre nós, como em toda a parte, o mundo medieval é cheio de contrastes e de diferenças.

Começemos pelo mundo urbano. Acerca dele a investigação está muito atrasada, mas esperamos possa avançar a passos largos e seguros a partir do inquérito em grande escala que o Prof. Oliveira Marques já iniciou há vários anos para a cidade de Lisboa, e que vai prosseguindo também para outras cidades e vilas, quer através da direcção de investigações específicas, quer no âmbito do seminário que actualmente dirige, no mestrado em História Medieval desta Faculdade⁶¹. Entretanto, podem-se apontar dois estudos com material aproveitável dentro da nossa perspectiva, a licenciatura de Gérard Pradalié sobre Lisboa nos séculos XII e XIII⁶² e a obra de Ângela Beirante sobre *Santarém Medieval*, publicada já por esta Faculdade no ano passado⁶³, além dos de Maria José Ferro sobre os judeus, que viviam quase sempre em meio urbano⁶⁴.

Como se sabe, a economia de produção e de trocas, que veio a estar na origem do mundo moderno, e que, desde o século XIII, foi transformando as bases materiais da vida medieval, teve desde sempre os seus centros motores nas cidades. O estudo dos centros urbanos constitui, por isso mesmo, a base indispensável para poder avançar a passos decisivos no âmbito da história económica⁶⁵. Uma vez realizado esse trabalho, poderão

⁶¹ Além do artigo de A. H. de Oliveira Marques *Cidades Medievais Portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)*, in «Revista de História Económica e Social», 9 (1982), pp. 1-16, ver também, do mesmo autor, *Introdução à história da cidade medieval portuguesa*, in «Bracara Augusta», 35 (1981), pp. 367-388.

⁶² Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao Fim do Século XIII*, Palas, Lisboa, 1975. Sobre Lisboa tem também a maior importância a análise, ainda incompleta, de Iria Gonçalves, *Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia*, in «Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas», 1 (1980), pp. 153-204. A mesma autora tem também um importante artigo sobre o Porto: *Para o estudo da área de influência do Porto nos fins do século XIV*, in «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», IV serie, n.º 2 (1978) pp. 383-397.

⁶³ Maria Ângela da Rocha BEIRANTE, *Santarém Medieval*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, 1980.

⁶⁴ Maria José Pimenta FERRO, *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, Lisboa, 1970; 2.ª ed., Guimarães, Lisboa, 1980. Acaba de ser publicada a tese de doutoramento da mesma autora sobre *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Devem-se referir também os vários trabalhos de história monetária da mesma autora, entre os quais citaremos os *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, 1974.

⁶⁵ Para o estudo da economia e dos contactos mentais entre as diversas regiões e cidades do País é fundamental o conhecimento não só das vias fluviais, que foram muito utilizadas (Fernando Castelo BRANCO, *O tráfego fluvial e a sua importância na economia portuguesa*, in «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» Janeiro-Março de 1958; *idem*, *Tráfego portuário e história regional portuguesa*, in «Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal», Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1975, pp. 241-249), mas também das vias terrestres, que foram estudadas sobretudo por Carlos A. Ferreira de ALMEIDA, na sua tese de licenciatura, dactilografada, mas da qual se podem conhecer as principais conclusões, no artigo do mesmo *Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal*, in «A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península

então aproveitar-se em melhores condições os já citados trabalhos de Virginia Rau e vários outros sobre o século XV, que mencionaremos a seguir, e que completam os de Magalhães Godinho, citados a outro título. Devemos, no entanto, reconhecer que os circuitos do mercado externo são mais bem conhecidos do que os do mercado interno, com excepção do que diz respeito aos cereais⁶⁶. Conhecemos a localização das principais feiras e a data das cartas régias que lhes dão privilégios⁶⁷. Mas que sabemos acerca do mercado do vinho, do ferro, dos couros e mesmo dos tecidos? Apenas existem dados dispersos.

Intimamente relacionado com o problema das cidades está o da influência da civilização muçulmana nas origens e na estruturação da sociedade portuguesa. Com efeito, a economia muçulmana era fundamentalmente comandada pelos centros urbanos e foi aí ou na periferia das cidades que se concentraram os aperfeiçoamentos da sua tecnologia artesanal ou agrícola, que se aperfeiçoaram as suas típicas instituições administrativas e fiscais, que se desenvolveram as modalidades dos seus circuitos comerciais, as suas dinâmicas manifestações culturais. Como se sabe, em tudo isto é difícil distinguir a contribuição propriamente muçulmana da moçárabe. Por isso, muitos autores, desde Herculano, atribuíram grande importância a este conjunto de problemas. A verdade é que eles nunca foram estudados científica e sistematicamente, com uma metodologia adequada, porque isso requeria conhecimentos profundos da língua árabe e, se possível, a utilização em grande escala da interpretação de dados da toponímia, da onomástica e da linguística em geral, além de aturadas prospecções arqueológicas. Já não se fala, é claro, do conhecimento seguro dos historiadores e geógrafos árabes que se referiram ao nosso território. Entre os autores que melhor viram o problema e iniciaram mesmo a reunião de materiais de base para esta investigação conta-se justamente Oliveira Marques⁶⁸. Outros autores que se aperceberam do problema e fizeram mesmo dele um dos pilares das suas teorias interpretativas, como António Borges Coelho, não contribuíram para a sua solução com dados seguros, e desorientaram mesmo algum público ao tentarem socorrer-se de textos e documentos que diziam respeito a grandes metrópoles como Córdoba e Sevilha para preencherem as lacunas da documentação árabe que se refira directamente ao nosso território⁶⁹.

Ibérica durante a Idade Média», I, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1973, pp. 39-57. Veja-se também, acerca do mesmo assunto, Humberto Baquero MORENO, *A Acção dos Almocreves no Desenvolvimento das Comunicações Inter-Regionais Portuguesas nos Fins da Idade Média*, Brasília, Porto, 1979, e ainda os itinerários régios de que se falará na nota 103.

⁶⁶ Os circuitos do mercado externo são conhecidos justamente através das obras de V. Magalhães Godinho, já citada na nota 51, e a produção e o comércio de cereais através da de Oliveira Marques, citada na nota 56.

⁶⁷ Virginia RAU, *Subsídios para o Estudo das Feiras*, citado na nota 50.

⁶⁸ A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, I, pp. 51-66 e 88-105. Vejam-se também vários passos do mesmo autor em *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*.

⁶⁹ A. Borges COELHO, *Portugal na Espanha Árabe*, 4 vols., Seara Nova, Lisboa, 1972-1975. Alguns dos temas aqui mencionados foram expostos pelo mesmo autor em *Comunas e Concelhos*, citado na nota 58.

Esperemos, pois, que surja entre nós algum medievalista com conhecimentos do árabe suficientes para empreender a grande investigação que neste capítulo é indispensável.

A quase totalidade dos medievalistas consideraram a Nação como uma entidade política cristã, e portanto serviram-se apenas de elementos não árabes. A história de Portugal seria a de um país que foi progressivamente alargando as suas fronteiras. Não incluiria, por exemplo, no século XII, a maior parte do Alentejo. Mesmo que admitíssemos esta forma, hoje tão justamente posta em causa, de encarar o problema das nossas origens, seria necessário, na minha opinião, rever completamente as bases da interpretação da nossa história medieval. Já me referi à oposição entre mundo rural e mundo urbano: esta distinção, embora por vezes esquecida na análise dos problemas específicos, estruturais e conjunturais, da nossa Idade Média, é, no entanto, de tal modo evidente, que não deixará de se tornar cada vez mais subjacente a futuros trabalhos de investigação e de síntese, e já transparece mesmo, aqui e além, nos actuais.

A meu ver, porém, existe uma outra não menos fundamental, e essa quase sempre ignorada. Também já me referi a ela, embora apenas para a enunciar: a oposição entre a organização económica e social dos concelhos e a das senhorias. Com efeito, quase toda a nossa historiografia medieval está viciada por um duplo equívoco: por um lado, considera-se geralmente o nosso território como um todo, como se o modelo das relações sociais de produção fosse o mesmo por toda a parte, confundindo, por exemplo, os dados que dizem respeito à Beira com os que se recolhem no Entre Douro e Minho; por outro lado, e em consequência, não se chega a definir com clareza o tipo de relações sociais e económicas que predominaram entre nós.

A verdade é que as relações sociais de produção são efectivamente diferentes nos concelhos e nas senhorias e, portanto, não é possível reconstituir as estruturas fundamentais misturando os dados que se referem a umas com os que dizem respeito a outras. Daí, a enorme confusão acerca do regime feudal, das relações do poder régio com os poderes senhoriais, da política concelhia e senhorial do rei, da estratificação social, da definição da classe dominante e dos seus recursos materiais, etc. Os dois grandes patriarcas da nossa Idade Média, Herculano e Gama Barros, mostraram-se incapazes de compreender um dos modelos a que me refero, o modelo senhorial, e, por isso, impossibilitados de averiguar a natureza da estratificação da nobreza e dos laços de solidariedade que a uniam, isto é, incapazes de definir o tipo de feudalismo que vigorou entre nós⁷⁰. Os autores marxistas, por sua vez, tendo em

⁷⁰ Vejam-se algumas indicações deste tipo no meu artigo *Para a História do Regime Senhorial em Portugal*, que sairá na colectânea de homenagem à memória de Marcelo Caetano a publicar pela Academia Portuguesa de História.

conta apenas o modelo conhecido sob o nome de «modo de produção feudal», ignoraram, geralmente, a especificidade da organização concelhia. António Borges Coelho constitui excepção, embora a sua abordagem apriorística do problema o tivesse feito incorrer em graves deturpações da realidade histórica⁷¹.

Urge, portanto, creio eu, distinguir claramente os dois modelos, traçar a geografia da sua implantação predominante, descobrir os tipos de variantes que se verificam nas suas modalidades concretas, reconstituir a sua evolução temporal e espacial, estudar de que maneira esses dois organismos se comportam, se assim podemos dizer, nas diversas conjunturas, sob a influência de factores demográficos, tecnológicos, económicos, políticos, culturais ou outros.

No conjunto está-se ainda longe de possuir todos os elementos necessários e suficientes para desenvolver uma interpretação com esta base. Mas podem já apontar-se alguns resultados de investigações recentes, cuja problemática permite um aproveitamento mais directo neste sentido.

Deixando agora de lado o mundo especificamente urbano, a que já me referi, e sem me citar a mim mesmo, começarei por mencionar os estudos, já quase centenários, mas ainda cheios de observações com interesse, de Alberto Sampaio sobre *As Villas do Norte de Portugal e as Póvoas Marítimas*⁷². São fundamentais para compreender o que se passa no Entre Douro e Minho, a região por excelência do regime senhorial. Podem ser completados com trabalhos muito mais recentes, entre os quais referirei o de Avelino de Jesus da Costa sobre *O Bispo D. Pedro*, importante para o conhecimento das instituições diocesanas no Norte⁷³, o de Robert Durand sobre o Mosteiro de Grijó, publicado como introdução ao cartulário do mesmo mosteiro⁷⁴, e três pequenos mas importantes artigos de revista: dois de Maria José Trindade sobre a propriedade das ordens militares e do Mosteiro de Cete⁷⁵ e outro de um grupo de estudantes, sob a orientação de Iria Gonçalves, acerca do processo da senhorialização de Entre Cávado e Minho no século XIII⁷⁶. Algumas comunicações ao congresso de Guimarães de 1978, recentemente publicadas, poderão também fornecer dados com interesse⁷⁷.

⁷¹ *Comunas e Concelhos*, Prelo, Lisboa, 1973.

⁷² Ver nota 4.

⁷³ Ver nota 48.

⁷⁴ Robert DURAND, introdução a *Le Cartulaire Basio-Ferrado do monastère de Grijó*, Centro Cultural Português, Paris, 1971.

⁷⁵ Reeditados na colectânea póstuma da mesma autora, *Estudos de História Medieval*, Faculdade de Letras, Lisboa, 1981, pp. 127-142 e 178-186.

⁷⁶ Iria GONÇALVES e vários alunos, *O Entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII*, in «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», IV série, n.º 2 (1978), pp. 399-440.

⁷⁷ *Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada*. Actas: 5 vols., Guimarães, 1981-1982, do qual interessam sobretudo as comunicações de Almeida Fernandes, Avelino de Jesus da Costa, Maria Helena da Cruz Coelho, etc.

A região da Beira é mais pobre em trabalhos de tanta qualidade científica. Pode, no entanto, apontar-se uma investigação com elementos importantes de Almeida Fernandes acerca das granjas do Mosteiro de Tarouca, a maior parte das quais se situavam na Beira Alta⁷⁸, a tese de licenciatura de Maria Helena da Cruz Coelho sobre *O Mosteiro de Arouca nos Séculos X a XIII*⁷⁹, dois artigos, um de Gérard Pradalié outro de Robert Durand, sobre a região de Coimbra, referindo-se o segundo especificamente ao vinho⁸⁰, e um terceiro, de Harold Johnson, sobre uma povoação junto a Trancoso no fim do século XIV⁸¹. Para toda a região da Beira, e sobretudo ao sul do Mondego, convém não esquecer um trabalho já antigo de Rui de Azevedo, publicado na *Historia da Expansão Portuguesa no Mundo*, e outro, do mesmo autor, sobre *O Mosteiro de Lorvão e a Reconquista Cristã*⁸². Faziam parte de um projecto desse autor, que ele infelizmente nunca chegou a realizar, de escrever uma obra intitulada «As vilas do Sul de Portugal», para servir de complemento à de Alberto Sampaio. O velho projecto acaba, por assim dizer, de se concretizar, através da tese de doutoramento de Robert Durand, sobre a história rural do nosso país, na região de Entre Douro e Minho nos séculos XII e XIII, e que será publicada em breve em tradução portuguesa⁸³. Embora esta obra não resolva todos os problemas e proponha, mesmo, a meu ver, uma ou outra solução discutível, constituirá só por si um dos mais importantes avanços no campo da historiografia medieval portuguesa e, por outro lado, uma das que permitirão desde já encarar algumas linhas fundamentais da síntese. Entretanto, podemos também esperar para um futuro relativamente breve os importantes resultados da investigação que Maria Helena da Cruz Coelho está a terminar sobre a região de Coimbra no fim da Idade Média, e a outra, creio mais atrasada, de Gérard Pradalié, sobre a mesma região nos séculos XII e XIII.

⁷⁸ *Ação dos Cistercienses de Tarouca (As Granjas no Séculos XII e XIII)*, Guimarães, 1976 (separata da «Revista de Guimarães», v. 83). Almeida Fernandes tem publicado numerosos trabalhos de história regional e sobre as origens da nacionalidade que não podem ser ignorados pelos historiadores, apesar do seu aspecto frequentemente polémico, mas que, em virtude de conterem doutrina discutível, não recomendamos aos não especialistas. Entre eles citarei particularmente os seguintes: *Como Nasceu Viana*, Viana do Castelo, 1959; *Ponte de Lima na Alta Idade Média*, Viana do Castelo, 1960; *Ação das Linhas no Repovoamento*, Porto, 1960; *Do Porto veio Portugal*, Porto, 1965; *Arouca na Idade Média Pré-Nacional*, Aveiro, 1965; *Notas às Origens Portucalenses*, Porto, 1968; *Esparços de História. Documentos Inéditos*, Porto, 1970; *Território e Política Portucalenses*, Porto, 1972; *Portugal no Período Vimaranesense*, Guimarães, 1972; *A Nobreza na Época Vimaranesense-Portucalense*, parte I: *Problemática*, Guimarães, 1981.

⁷⁹ Maria Helena da Cruz COELHO, *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII*, Centro de História da Universidade, Coimbra, 1977.

⁸⁰ Gérard PRADALIÉ, *Occupation du sol et cultures autour de Coimbra au XII^e siècle*, in «Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas, II. História Medieval», Universidad de Santiago de Compostela, 1975, pp. 79-87; R. DURAND, *La Vigne et le vin dans le bassin du Mondego au moyen âge (XII^e-XIII^e siècles)*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», 5 (1972), pp. 13-37.

⁸¹ Harold B. JOHNSON e R. C. HOFFMANN, *Un village portugais en mutation. Póvoa d'El Rey à la fin du quatorzième siècle*, in «Annales», 26 (1971), pp. 917-940.

⁸² Rui de AZEVEDO, *Período de formação territorial*, in «História da Expansão Portuguesa no Mundo (dirigida por A. Baião, H. Cidade e M. Múrias), I, Lisboa, 1937, pp. 7-64; *Idem*, *O Mosteiro de Lorvão na Reconquista Cristã*, Lisboa, 1933 (separata do «Arquivo Histórico de Portugal»).

⁸³ R. DURAND, *Les Campagnes portugaises entre Douro et Tage au XII^e et XIII^e siècles*, 3 vols., tese de doutoramento para a Universidade da Sorbonne, 1980, policopiado.

A Estremadura tem, creio eu, problemas específicos, devido às características da sua produção bastante diversificada, ao carácter tardio da implantação senhorial, e à importância e maior densidade dos centros urbanos que nela aparecem desde cedo⁸⁴. Para já, não existem ainda estudos de conjunto. Mas podem desde agora apontar-se como fundamentais o estudo de Oliveira Marques sobre Arruda dos Vinhos no século XIV⁸⁵, dois artigos de Harold Johnson sobre Torres Vedras em 1309 e sobre um hospital de Lisboa no século XIV⁸⁶, três outros de Iria Gonçalves, de Maria José Ferro e de Maria José Trindade, respectivamente, sobre assistência, sobre o hospital de D. Maria de Aboim e sobre a utilização agrária do solo em torno de Lisboa no século XIII⁸⁷. Mas o estudo fundamental será, quando terminado, o de Iria Gonçalves acerca da administração dos domínios de Alcobaca nos séculos XIV e XV⁸⁸.

Para o Alentejo e Algarve, que eu saiba, estamos bastante mais pobres. Não se entrevê nenhum avanço decisivo enquanto não for empreendida uma investigação séria sobre as ordens militares. Até lá, teremos de nos contentar com sondagens feitas por geógrafos, como a de Jorge Gaspar sobre Évora⁸⁹ ou a da Carminda Cavaco sobre o Algarve Oriental⁹⁰, ou então das que historiadores de épocas mais modernas fizeram também como constituindo os antecedentes dos períodos que pretendiam estudar directamente, o que sucedeu, por exemplo, com Romero de Magalhães para o Algarve⁹¹. Deve-se notar, porém, que muitos dos dados mais importantes reunidos por Maria José Trindade acerca do pastoreio dizem respeito ao Alentejo⁹².

⁸⁴ Apesar disso é considerado no mesmo conjunto, sem especificação própria, na tese de R. Durand citada na nota anterior.

⁸⁵ A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Estratificação económico-social de uma vila portuguesa da Idade Média*, in «Ensaio de História Medieval Portuguesa», Lisboa, 1980, pp. 121-134.

⁸⁶ Harold B. JOHNSON, *Para a história social de Torres Vedras. Um documento eclesiástico do ano de 1309*, in «Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa», 73-74 (1970), pp. 53-175; *idem*, *A Portuguese Estate of the late Fourteenth Century*, in «Luso-Brazilian Review», 10 (1973), pp. 149-162; *idem*, *Les comptes d'un hôpital portugais, 1379-1383*, in «Études Rurales», 51 (1973), pp. 67-84.

⁸⁷ Iria GONÇALVES, *Formas medievais de assistência num meio rural estremenho*, in «A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média», I, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1973, pp. 439-454; M. J. Pimenta FERRO, *Nótulas para o estudo de assistência hospitalar aos pobres em Lisboa: os hospitais de D. Maria de Aboim e do conde D. Pedro*, «ibidem», pp. 371-400; Maria José Lagos TRINDADE, *A utilização agrária do solo em torno de Lisboa na Idade Média e a teoria de Von Thünen*, in «Estudos de História Medieval», Faculdade de Letras, Lisboa, 1981, pp. 225-234.

⁸⁸ Além dos artigos citados nas notas 62, 76 e 87, Iria Gonçalves publicou vários outros sobre problemas de finanças públicas, onomástica medieval, privilégios de estalajadeiros e cidades. Foi também a principal colaboradora de um trabalho colectivo acerca da peste negra: *Para o estudo da Peste Negra em Portugal*, in «Bracara Augusta», 14-15 (1963), pp. 210-239.

⁸⁹ Jorge GASPAR, *A Área de Influência de Évora. Sistema de Funções e Lugares Centrais*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1972.

⁹⁰ Carminda CAVACO, *O Algarve Oriental. As Vilas, o Campo e o Mar*, 2 vols., Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, Faro, 1976.

⁹¹ Joaquim Romero de MAGALHÃES, *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI*, Cosmos, Lisboa, 1970.

⁹² Maria José Lagos TRINDADE, *A vida pastoril e o pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI. Subsídios para a sua história*, in «Estudos de História Medieval», Faculdade de Letras, Lisboa, 1981, pp. 1-94; *idem*, *Alguns problemas do pastoreio em Portugal nos séculos XV e XVI*, «ibidem», pp. 95-114.

Com este material, que, como se vê, cobre de maneira muito desigual a história rural portuguesa, podem-se, em todo o caso, tentar esboçar as grandes linhas das estruturas fundamentais. Noutros níveis, ou seja no institucional e no cultural, existem duas obras de síntese que partem de esquemas interpretativos opostos, mas ambas com material seguro e importante. Quero-me referir à muito recente *História do Direito Português*, de Marcelo Caetano⁹³, e à *História da Cultura em Portugal*, de António José Saraiva⁹⁴. O pendor excessivamente jurídico do primeiro poderá ser corrigido pelas lições de António Manuel Hespanha na Faculdade de Direito, que o Autor acaba de publicar⁹⁵. Apesar desse pendor, a obra de Marcelo Caetano é útil, porque tem a vantagem de resumir, completar ou corrigir Gama Barros em vários pontos importantes. No campo das instituições políticas espera-se que as investigações de Carvalho Homem, da Universidade do Porto, venham em breve trazer material importante, numa matéria mal estudada até aqui⁹⁶.

Quanto à história da cultura, e enquanto o próprio António José Saraiva não termina a já avançada revisão da sua obra de conjunto, pouco mais se pode apontar do que a série de livros e artigos de Mário Martins, entre os quais convém sublinhar os que tratam das peregrinações, do símbolo e da alegoria, do riso e da sátira, do tempo e da morte⁹⁷, e ainda uma inteligente análise das formas de pensamento a partir de representações de paisagem nas fontes literárias, elaborada por Maria Adelaide Godinho Arala Chaves⁹⁸, que infelizmente não voltou a fazer pesquisas neste tema, apesar da sua obra tão promissora. Espero que os trabalhos de Luís Krus neste campo sejam renovadores. Para já pode-se ver o que acaba de publicar acerca dos conceitos de tempo e de poder nas inquirições de 1258⁹⁹.

Na Idade Média, a Igreja, como instituição, teve um papel de tal modo importante, que não se pode esquecer o seu estudo. Infelizmente, depois

⁹³ Marcelo CAETANO, *História do Direito Português (1140-1495)*, Verbo, Lisboa, 1981.

⁹⁴ António José SARAIVA, *História da Cultura em Portugal*, I e II, Jornal do Foro, Lisboa, 1950-1951. Veja-se também, do mesmo autor, *A Épica Medieval Portuguesa*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1979.

⁹⁵ António Manuel HESPANHA, *História das Instituições, Épocas Medieval e Moderna*, Livr. Almedina, Coimbra, 1982.

⁹⁶ Ver, para já, Armando L. de Carvalho HOMEM, *Subsídios para o estudo da administração central do reinado de D. Pedro I*, in «Revista de História» I (1979), pp. 39-88.

⁹⁷ *Peregrinações e Livros de Milagres na Nossa Idade Média*, Brotéria, Lisboa, 1957; *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais da Literatura Medieval Portuguesa*, *ibidem*, 1975; 2.ª ed., 1980; *Introdução Histórica à Vidência do Tempo e da Morte*, 2 vols., Braga, 1969; *A Sátira na Literatura Medieval Portuguesa (Séculos XIII e XIV)*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1977; *O Riso, a Sátira e a Paródia na Literatura Portuguesa de Quatrocentos*, «*ibidem*», 1978; *A Bíblia na Literatura Medieval Portuguesa*, «*ibidem*», 1979. Vejam-se também as várias colectâneas de artigos do autor: *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, 1956; *Estudos de Cultura Medieval*, 2 vols., Verbo, Lisboa, 1969, e Brotéria, Lisboa, 1980.

⁹⁸ *Formas de Pensamento em Portugal no Século XV*, Livros Horizonte, Lisboa, 1969.

⁹⁹ Luís KRUS, *Escrita e poder. As inquirições de Afonso III*, in «Estudos Medievais», I (1981), pp. 59-80.

das obras de Fortunato de Almeida e de Miguel de Oliveira¹⁰⁰, geralmente seguras do ponto de vista crítico e factológico, mas sem qualquer esforço interpretativo, não tem havido trabalhos que contribuam de maneira decisiva para a sua renovação. Apenas alguns problemas pontuais foram mais bem esclarecidos¹⁰¹. O Dicionário de História da Igreja em Portugal, dirigido por António Alberto Banha de Andrade, cuja publicação se iniciou há pouco e que promete ser de grande tomo, também não escapa às perspectivas factológicas e apologéticas até agora predominantes nos meios eclesiais.

Devo-me referir, para terminar, à história política e factológica. Neste campo, é chocante dizer, mas creio ser verdade, que até 1279 estamos no ponto em que Herculano deixou as coisas (com as correcções de pormenor por Luís Gonzaga de Azevedo, por Torquato de Sousa Soares, algumas das quais, de resto, não muito seguras, e mesmo, para ser completo, por Botelho da Costa Veiga)¹⁰². De 1279 até quase ao fim do reinado do D. Fernando estamos no ponto em que os autores da *Monarquia Lusitana* trabalharam, isto é, dispomos apenas da investigação dos eruditos dos séculos XVII ou XVIII, conforme os casos, mas todos eles anteriores à renovação metodológica e crítica da erudição setecentista. A minha exposição aqui já não consistirá, portanto, na enumeração de trabalhos importantes para uma futura síntese, mas numa lista de lacunas, entremeadas com algumas esperanças de que em breve cheguem ao fim certas investigações há pouco iniciadas.

Um primeiro passo para atingir tal objectivo foi dado com a publicação de vários «itinerários» régios, que permitem resolver problemas importantes de cronologia e factologia, mas que também podem ser aproveitados para outros fins, como seja a reconstituição das vias medievais, a actuação política do rei e as relações entre a administração central e a administração local¹⁰³.

¹⁰⁰ Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, 2.ª ed., 4 vols., Livraria Civilização, Porto, 1967-1971. A obra de Fortunato de Almeida, embora muito útil, é, para a Idade Média, apenas o resultado da compilação de elementos colhidos sobretudo em Herculano e Gama Barros. Miguel de Oliveira, além da *História Eclesiástica de Portugal*, citada na nota 36, publicou várias obras e artigos de interesse e importância, sobretudo *As Paróquias Rurais Portuguesas*, União Gráfica, Lisboa, 1950. Foi o primeiro director da *Lusitana Sacra*, onde publicou vários artigos. Veja-se uma apreciação da sua obra historiográfica, «*ibidem*», 8 (1970).

¹⁰¹ Encontrar-se-á um elenco bibliográfico sobre este tema em A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Guia do Estudante*, pp. 85-90. Entre os autores que mais têm investigado a história religiosa portuguesa, devem-se contar Pierre David, Carl Erdmann, Luís Gonzaga de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa, Mário Martins, Júlio César Baptista, Fernando Félix Lopes, António Domingues de Sousa Costa e António do Rosário. A recente obra de M. Gonçalves da COSTA, *História de Bispado e Cidade de Lamego*, 2 volumes publicados, Lamego, 1977-1980, apesar de oferecer uma grande quantidade de dados geralmente bem seleccionados, deve ser consultada com cuidado e espírito crítico.

¹⁰² Os resultados pontuais destas investigações foram por mim resumidos, para comodidade dos leitores, nas notas críticas à última edição da *História de Portugal* de Herculano.

¹⁰³ *Itinerários Régios Medievais*, I. *Itinerário de El-Rei D. Dinis, 1278-1325* (publicado sob a orientação de Virginia Rau), Centro de Estudos Históricos, Lisboa, 1962; João J. Alves Dias, *Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)*, in «Arquivos do Centro Cultural Português», 15 (1980), pp. 453-519; Maria Teresa Campos RODRIGUES, *O itinerário de D. Pedro I, 1357-1367*, in «Ocidente», 82 (1972) (ao qual J. T. Montalvão MACHADO, *Itinerários de*

Para além disso, a primeira grande lacuna é a de uma história do reinado de Afonso Henriques, viciado até agora por ideias apologéticas e por esquemas puramente ideológicos. Posso anunciar para muito breve uma pequena contribuição minha, baseada numa revisão da história da nobreza nos séculos XI e XII, para alcançar uma nova interpretação da nossa história neste importante período. Ampliam as minhas interpretações acerca das origens do Estado português que creio mais conhecidas¹⁰⁴.

O reinado de Afonso II requer uma revisão completa, mas haverá, sem dúvida, material novo quando a Dr.^a Maria Teresa Veloso completar o estudo que está a fazer a partir das bulas papais. Até lá, pode-se já ver um primeiro artigo neste sentido na «Revista Portuguesa de História»¹⁰⁵.

A anarquia da época de Sancho II, minimizada por uns, reconhecida por outros, requer um estudo aprofundado. Também para isso tentei contribuir com alguma coisa, apoiando-me sobretudo em material da história social, e apresentei as minhas opiniões a tal respeito no meu concurso de agregação em 1979. Infelizmente, não tive ainda tempo para publicar este trabalho, que considero apenas esboçado¹⁰⁶.

As transformações da época de Afonso III e de D. Dinis foram muito importantes. Conhece-se melhor a primeira do que a segunda, visto que Herculano só daquela tratou, e nenhum autor moderno tentou estudar o reinado de um dos que tem sido considerado uma das maiores glórias nacionais. Espero, porém, que a tese de doutoramento que a Dr.^a Leontina Ventura, de Coimbra, prepara sobre a nobreza na época de Afonso III, e a que Dr.^a Rosa Marreiros, também de Coimbra, igualmente prepara sobre a propriedade régia na época de D. Dinis, permitam renovar completamente a matéria. Entretanto, poder-se-á ver em breve um pequeno ensaio meu sobre a guerra civil de 1319-1324, entre D. Dinis e o infante D. Afonso, e existem alguns artigos com material bem escolhido, do P.^o Fernando Félix Lopes, feitos em função de uma biografia de Santa Isabel, que podem ser aproveitados com vantagem¹⁰⁷.

El-Rei D. Pedro I, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1978, pouco acrescenta, apesar do seu volume); Maria Teresa Campos RODRIGUES, *Itinerário de D. Fernando, 1367-1383*, in «Bracara Augusta», 32 (1978); Humberto C. Baquero MORENO, *Os itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448)*, in «Revista das Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques», 1, série B, 1 (1968), pp. 1-168; *idem*, *Itinerários de El-Rei D. Duarte (1433-1438)*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1976; Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Itinerários de El-Rei D. João II, I (1481-1488)*: *ibidem*, 1975.

¹⁰⁴ *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Guimarães, Lisboa, 1982.

¹⁰⁵ Maria Teresa VELOSO, *A questão entre Afonso II e suas irmãs sobre a detenção dos direitos senhoriais*, in «Revista Portuguesa de História», 18 (1980), pp. 197-229. Convém não esquecer também, a este respeito, a importante contribuição de António Domingues de SOUSA COSTA, *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, Juristas da Contenda entre D. Afonso II e Suas Irmãs*, Ed. Franciscana, Braga, 1963, que contém uma grande quantidade de documentos eclesiásticos para este período e para o reinado de Sancho II.

¹⁰⁶ Os aspectos eclesiásticos da questão deverão ser estudados provavelmente por Maria Alegria Fernandes Marques, assistente de Faculdade de Letras de Coimbra.

¹⁰⁷ Fernando Félix LOPES, *O infante D. Afonso, irmão de el-rei D. Dinis*, in «Itinerarium», 10 (1964), pp. 190-220; *A propósito do conflito entre a Igreja de Portugal e D. Dinis*, in «Estudos Teológicos», actas da III Semana Portuguesa de Teologia, Lisboa, 1964; *Data e circunstâncias do casamento da Rainha Santa Isabel*, in «Itinerarium»

Mais vazia ainda está a historiografia acerca de Afonso IV e D. Pedro I. Aqui também se esperam, no entanto, duas contribuições decisivas por parte de outros dois assistentes de Coimbra, José Antunes e Júlio Resende, acerca da ideologia política em dois períodos sucessivos, um de 1250 a 1350 e outro na segunda metade do século XIV.

Enfim, o reinado de D. Fernando foi estudado quase sempre em função das origens e antecedentes da Revolução de 1383. Neste caso, porém, temos uma investigação moderna, de carácter estritamente factológico, mas segura, apesar das suas curtas perspectivas historiográficas, a de Salvador Dias Arnaut, sobre *A Crise de 1385*¹⁰⁸. Para a completar convém não esquecer um pequeno estudo de Maria José Ferro intitulado *A Revolta dos Mestrais*, onde se colhem alguns elementos importantes para uma interpretação social da conjuntura¹⁰⁹.

O problema da Revolução de 1383 é demasiado conhecido para a ele me referir. Urge, todavia, empreender uma investigação que não tenha como base quase exclusiva as crónicas de Fernão Lopes, apesar de elas, evidentemente, não poderem ser ignoradas. Parece-me, em particular, que a intervenção da nobreza na Revolução e nos anos imediatos precisa de ser vista a nova luz¹¹⁰.

Não me referirei, como já disse, ao século XV, que considero fora de minha área de investigação. Estou, porém, convicto que quem empreender uma futura síntese da nossa história dispõe para essa época de material já muito mais elaborado e abundante. Quero-me referir, para começar, ao que foi magistralmente reunido e interpretado pelo Prof. Magalhães Godinho, e ao que tem sido constantemente revelado por Humberto Baquero Moreno, sem esquecer os mais antigos, ou seja Costa Lobo, nem os mais recentes, ou seja, além do próprio Baquero Moreno, que não cessa de publicar acerca desta época, José Marques, da Universidade do Porto, cuja tese de doutoramento será publicada em breve, mas também, entre outros, Adão da Fonseca, da mesma Universidade, cuja tese sobre o condestável D. Pedro da Catalunha está já no prelo, Maria José Ferro com outra tese sobre os Judeus, já impressa, e ainda

9 (1963), pp. 193-219; *Actividades pacificadoras de Santa Isabel de Portugal nos dissídios entre Castela e Aragão, de 1300 a 1304*, «*ibidem*», 13 (1967); *O primeiro manifesto de el-rei D. Dinis contra o infante D. Afonso, seu filho e herdeiro*, «*ibidem*», 13 (1967); *Santa Isabel na contenda entre D. Dinis e o filho, 1321-1322*, in «Lusitania Sacra», 8 (1970), pp. 57-80; *Alguns documentos respeitantes a D. Pedro, conde de Barcelos*, in «Itinerarium», 11 (1965), pp. 486-503; *Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, bispo que foi do Porto e de Lisboa*, in «Lusitania Sacra», 6 (1962-1963), pp. 25-90.

¹⁰⁸ Ver nota 49. O mesmo autor tem também uma contribuição importante sobre a batalha de Trancoso: *A Batalha de Trancoso*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1947.

¹⁰⁹ *A revolta dos mestrais de 1383*, in «Actas das III Jornadas Arqueológicas», Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1978, pp. 359-383. Veja-se também, para este período, Armando L. de Carvalho HOMEM, *Nótula sobre um levantamento popular nas vésperas do Interregno*, in «Bracara Augusta», 32 (1978).

¹¹⁰ Este assunto, juntamente com uma análise massiça das intervenções pessoais durante esta época, será estudado por Humberto Baquero Moreno, em trabalho que prepara há muito.

outros mais novos, mas também promissores, como Armindo de Sousa. Mas neste campo a minha falta de informação é considerável. Não pretendo aqui enumerar o material mais válido para a síntese¹¹¹.

JOSÉ MATTOSO
Universidade Nova de Lisboa

SOCIEDADES

LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE ESTUDIOS MEDIEVALES *

I. LOS ORÍGENES DE LA SOCIEDAD

La primera idea sobre la necesidad de constituir una asociación de medievalistas españoles, que facilitara los contactos de los mismos entre sí y con especialistas extranjeros, fue expuesta por el actual presidente de la Sociedad, a fines del año 1964, en la presentación del vol. I del «Anuario de Estudios Medievales». Se aludía allí al aislamiento de nuestros medievalistas y a las aspiraciones del «Anuario» para servir de lazo de unión a los diferentes grupos, «que actúan, de ordinario, aislados los unos de los otros y fuertemente encastillados en sus respectivas especialidades». Y se añadía: «Con referencia a este estado de cosas, diremos accidentalmente que consideramos de suma urgencia y necesidad la constitución de una *Sociedad Española de Estudios Medievales*, semejante a otras que ya funcionan entre nosotros, la cual podría ser el centro coordinador de todos estos *disjecta membra*» (pág. IX).

La idea fue relanzada por el mismo Emilio Sáez, el 20 de junio de 1968, en la sesión de apertura del «Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais», celebrado en Oporto. Se sometió entonces a la consideración y aprobación de los congresistas la creación de una «Sociedad Luso-Española de Estudios Medievales», que se encargaría de promover reuniones científicas, y a la cual «podrían y deberían pertenecer, no sólo los medievalistas peninsulares, sino también los medievalistas hispanistas y lusistas, a los cuales se deben ya valiosos estudios».

Como consecuencia de esta última propuesta, un año después, durante los días 26 y 27 de septiembre de 1969, se reunieron en Valladolid, invitados por el entonces rector de la Universidad, don Luis Suárez Fernández, varios medievalistas portugueses y españoles, con la finalidad de estudiar la fundación en España y Portugal de dos Sociedades paralelas de Estudios Medievales, las cuales tendrían como misión intensificar el

¹¹¹ NOTA DE LA REDACCION: Reproducimos aquí, con autorización del autor, este interesante trabajo bibliográfico, publicado en «Revista de Historia Económica e Social», 9 (Lisboa, marzo de 1982), págs. 145-162.

* Reproducimos aquí, con pequeñas correcciones, el texto de la «Memoria» de la Sociedad, redactado el 30 de abril de 1984.